

STJ00098760

**Evânio Moura**

# **PROCESSO PENAL ELEITORAL**

**CRIMES ELEITORAIS,  
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA**

Curitiba  
Juruá Editora  
2014

---

Visite nossos sites na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-4756-4**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Moura, Evânio.

M929      Processo penal eleitoral: crimes eleitorais, jurisdição  
e competência./ Evânio Moura./ Curitiba: Juruá, 2014.  
356p.

1. Direito eleitoral. 2. Crime eleitoral. I. Título.

CDD 342.07 (22.ed.)

CDU 342.81

000202

---

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo 1 – CONSTITUIÇÃO, PROCESSO PENAL E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO PROCESSO PENAL ELEITORAL .....</b>	<b>29</b>
1.1 Noções Gerais .....	29
1.1.1 Conceito de direitos fundamentais e diferença entre direitos e garantias... 32	
1.1.2 Evolução histórica dos direitos fundamenais: as gerações ou dimen- sões dos direitos fundamentais.....	33
1.1.3 Papel dos princípios no sistema jurídico, seu conceito e amplitude.....	35
1.2 Devido Processo Legal (Art. 5º, LIV, da CF).....	37
1.2.1 Evolução histórica do princípio .....	37
1.2.2 Conceito e amplitude do devido processo legal .....	40
1.2.3 Duplo significado do devido processo legal .....	42
1.2.4 Devido processo penal e processo penal justo .....	44
1.2.5 Duração razoável do processo penal eleitoral e devido processo legal .....	46
1.3 Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa (Art. 5º, LV, da CF) .....	50
1.3.1 Princípio do contraditório: conceito e amplitude .....	50
1.3.1.1 Distinção entre contraditório real e contraditório formal .....	54
1.3.1.2 Princípio do contraditório e a utilização de prova emprestada.....	55
1.3.2 Princípio constitucional da ampla defesa .....	57
1.3.2.1 Conceito e alcance subjetivo da ampla defesa .....	59
1.3.2.2 Divisão do direito de defesa.....	63
1.3.2.3 Defensoria pública .....	75
1.4 Presunção de Inocência (Art. 5º, LVII, da CF).....	77
1.4.1 Conceito e amplitude .....	77
1.4.2 Inquéritos ou processos em curso e maus antecedentes .....	80
1.4.3 Direito de recorrer em liberdade, impossibilidade de considerar deserto recurso da defesa pela fuga do réu e o princípio constitucional da presunção de inocência .....	81

1.5	Princípio do Juiz Natural (Art. 5º, XXXVIII e LIII, da CF).....	84
1.5.1	Evolução histórica e conceito.....	85
1.5.2	Vedação à existência de tribunais de exceção ou <i>ad hoc</i> .....	86
1.5.3	Amplitude e desdobramentos do princípio do juiz natural.....	89
1.5.4	Questões atuais e polêmicas ligadas ao princípio do juiz natural.....	90
1.5.4.1	Especialização de varas em razão da matéria por resolução do tribunal.....	91
1.5.4.2	Princípio do juiz natural e o <i>tempus regit actum</i> .....	93
1.5.4.3	A impossibilidade da designação aleatória de magistrado e o respeito aos substitutos legais .....	94

## **Capítulo 2 – JUSTIÇA ELEITORAL ..... 99**

2.1	Evolução Histórica .....	99
2.1.1	Primórdios da escolha dos representantes populares pelo voto e da legislação eleitoral brasileira.....	101
2.1.2	Criação da Justiça Eleitoral .....	104
2.1.3	Evolução do direito ao sufrágio e ao voto, sistema jurisdicional e a Constituição Federal de 1988.....	107
2.2	Funções e Características da Justiça Eleitoral .....	109
2.2.1	Função administrativa .....	109
2.2.2	Função jurisdicional.....	110
2.2.3	Funções normativa e consultiva da Justiça Eleitoral.....	111
2.2.4	Impossibilidade de resolução eleitoral em matéria penal e o necessário respeito ao princípio da legalidade (art. 5º, XXXIX, da CF).....	113
2.3	Organização da Justiça Eleitoral.....	117
2.3.1	Instâncias da Justiça Eleitoral .....	117
2.3.2	Composição da Justiça Eleitoral .....	119
2.3.2.1	Tribunal Superior Eleitoral .....	119
2.3.2.2	Tribunal Regional Eleitoral.....	124
2.3.2.3	Juizes eleitorais .....	126
2.3.2.4	Juntas eleitorais.....	127
2.3.3	Organização geográfica da Justiça Eleitoral.....	127
2.3.1.1	Conceito de zona eleitoral e critérios para sua definição .....	128
2.4	Ministério Público Eleitoral .....	130
2.4.1	Organização e composição do Ministério Público Eleitoral.....	131
2.4.2	Atribuições do <i>parquet</i> eleitoral e a lisura do processo eleitoral.....	133

## **Capítulo 3 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA PENAL ..... 135**

3.1	Conceito de Jurisdição.....	135
-----	-----------------------------	-----

3.2	Jurisdição Penal .....	139
3.3	Características e Regras Inerentes à Jurisdição Criminal .....	141
3.3.1	Exercício pelo Poder Judiciário .....	141
3.3.2	<i>Ne procedat iudex ex officio</i> .....	142
3.3.3	Obrigatoriedade da prestação jurisdicional .....	143
3.3.4	Duplo grau de jurisdição .....	144
3.3.5	Indelegabilidade e improrrogabilidade da jurisdição .....	146
3.4	Jurisdição Comum e Especial .....	149
3.5	Competência Penal .....	151
3.5.1	Competência relativa e competência absoluta .....	152
3.5.2	Critérios de delimitação da competência .....	154
3.5.3	Competência em razão do lugar ( <i>ratione loci</i> ) .....	155
3.5.3.1	Hipóteses de competência em razão do lugar com delimitação de foro subsidiário .....	156
3.5.3.2	Delimitação de competência nos crimes à distância e crimes cometidos fora do Brasil, no território marítimo e no espaço aéreo .....	157
3.5.4	Foro por prerrogativa de função e competência penal .....	159
3.5.4.1	Evolução histórica do foro por prerrogativa de função .....	162
3.5.4.2	Atual estágio de discussão do foro por prerrogativa de função no Congresso Nacional .....	166
3.5.4.3	Competência do Supremo Tribunal Federal .....	169
3.5.4.4	Competência do Superior Tribunal de Justiça .....	170
3.5.4.5	Foro competente para processar e julgar os prefeitos pela prática de infrações penais de competência da justiça comum e especial .....	170
3.5.4.6	Foro por prerrogativa de função na hipótese de ilícitos penais praticados por magistrados e membros do Ministério Público .....	171
3.5.4.7	Competência do Tribunal do Júri e prerrogativa de função (art. 5º, XXXVIII, da CF e abrangência da Súmula 721 do STF) .....	172
3.5.4.8	Competência por prerrogativa de função no âmbito da Justiça Militar .....	173
3.5.5	Conexão e continência como critérios delimitadores da competência penal .....	173
3.5.5.1	Conexão .....	174
3.5.5.2	Continência .....	177
3.5.5.3	Análise das regras utilizadas para fixar o <i>forum attractionis</i> e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	178

3.5.5.4	Disjunções processuais: exceções à regra da unidade de processos e julgamento.....	181
3.5.6	Distribuição e prevenção.....	183
3.6	Conflitos de Competência .....	185
3.6.1	Conflito de atribuição.....	186
<b>Capítulo 4 – COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA ELEITORAL .....</b>		<b>189</b>
4.1	Peculiaridades do Princípio do Juiz Natural no Âmbito da Justiça Eleitoral ....	189
4.1.1	O juiz eleitoral e a peculiaridade do exercício de jurisdição por prazo determinado .....	191
4.1.2	Substituições na Justiça Eleitoral e juiz convocado para atuar como juiz auxiliar. Violação do princípio do juiz natural? .....	193
4.1.3	Julgamento de matéria penal eleitoral pelo Supremo Tribunal Federal em sede de recurso eleitoral e o princípio do juiz natural .....	196
4.1.4	Impossibilidade de um mesmo magistrado julgar duas vezes idêntico fato atuando como juiz de instâncias distintas, diante da existência de impedimento (art. 252, III, do CPP).....	199
4.1.5	Princípio do promotor natural .....	203
4.1.5.1	Fundamentos constitucionais para o reconhecimento e a consagração do princípio do promotor natural.....	205
4.1.5.2	Designação do promotor eleitoral e critérios de escolha .....	207
4.2	Conceito de Crime Eleitoral e seus Desdobramentos .....	209
4.2.1	Crime eleitoral como espécie do crime político e crime comum.....	212
4.2.2	Bens jurídicos tutelados .....	214
4.2.3	Crimes eleitorais específicos ou puros e crimes eleitorais acidentais.....	219
4.2.4	Crimes de atentado e crime eleitoral .....	220
4.2.5	Penas nos crimes eleitorais.....	221
4.2.6	Destinatários da norma penal eleitoral .....	226
4.2.6.1	Inimputável e crime eleitoral .....	226
4.2.6.2	Imunidade parlamentar e crime eleitoral.....	227
4.2.7	Responsabilidade penal de pessoa jurídica e crime eleitoral (art. 336 do CE).....	230
4.2.8	Crime eleitoral e a realização de plebiscito e referendo .....	233
4.3	Competência Penal da Justiça Eleitoral.....	236
4.3.1	Competência pelo lugar da prática do crime eleitoral .....	236
4.3.1.1	Delimitação da competência na hipótese de vários municípios integrarem a mesma zona eleitoral e na situação de existir um município com mais de uma zona eleitoral .....	237
4.3.1.2	Delimitação da competência no local onde o crime eleitoral deve produzir seu resultado.....	239

4.3.1.3	Competência relativa em razão do lugar e exceção de competência dilatória.....	240
4.3.1.4	Conflito de competência em razão do lugar e delimitação do foro competente .....	242
4.3.2	Competência por prerrogativa de função na Justiça Eleitoral .....	243
4.3.2.1	Da ausência de duplo grau de jurisdição e o foro por prerrogativa de função.....	245
4.3.2.2	Competência <i>ratione personae</i> fixada por Constituição Estadual .....	247
4.3.2.3	Competência por prerrogativa de função, conexão e continência e a cessação da função.....	251
4.3.2.4	Prerrogativa de função e foro competente para processar e julgar crimes eleitorais.....	254
4.3.3	Competência constitucional do Tribunal do Júri e da Justiça Eleitoral....	261
4.3.3.1	Competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar o crime doloso contra a vida conexo com o crime eleitoral.....	264
4.3.3.2	Separação de processos e julgamento: Justiça Eleitoral julga o crime eleitoral e o Tribunal do Júri julga o crime doloso contra a vida .....	265
4.3.3.3	Unidade de processos e julgamento: julgamento pelo Tribunal do Júri instalado no âmbito da justiça eleitoral .....	268
4.3.4	Competência por conexão ou continência.....	269
4.3.4.1	Conexão entre crime eleitoral e crime comum da competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual.....	270
4.3.4.2	Conexão entre crime eleitoral e crime comum com rito específico.....	272
4.3.4.3	Conexão entre crime eleitoral e crime comum, havendo a prescrição do crime eleitoral .....	273
4.3.4.4	Conexão entre crime eleitoral e crime militar.....	275
4.3.5	Crimes praticados contra a administração da Justiça Eleitoral e foro competente.....	276
4.3.5.1	Conceito de crimes contra a administração da justiça e a Justiça Eleitoral como integrante do Poder Judiciário da União.....	277
4.3.5.2	Crimes contra a administração da Justiça Eleitoral e desdobramentos processuais .....	278
4.3.6	Competência para execução da sentença penal eleitoral.....	280
4.3.6.1	Execução de penas privativas de liberdade e das penas restritivas de direito.....	280
4.3.6.2	Execução da pena de multa.....	283

<b>Capítulo 5 – CRIMES ELEITORAIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS DESPENALIZADORES DA LEI 9.099/95 NA JUSTIÇA ELEITORAL.....</b>	<b>285</b>
5.1 Crime de Menor Potencial Ofensivo .....	285
5.1.1 Afastamento da vedação atinente ao procedimento especial com a vigência da Lei 11.313/06 .....	288
5.2 Crimes Eleitorais de Menor Potencial Ofensivo e Incidência dos Institutos Despenalizadores da Lei 9.099/95 .....	290
5.2.1 Possibilidade de aplicação das Leis 9.099/95 e 11.313/06 pelo Poder Judiciário Eleitoral .....	291
5.2.2 Critérios utilizados para delimitação da pena mínima no crime eleitoral ..	292
5.2.3 Dificuldade de incidência da etapa procedimental atinente à busca da composição civil dos danos (art. 74 da Lei 9.099/95) .....	293
5.2.4 Aplicação da transação penal nos crimes eleitorais de pequeno potencial ofensivo e seus desdobramentos .....	295
5.2.4.1 Propositura da transação penal, ausência de proposta e seus desdobramentos .....	296
5.2.4.2 Efeitos da sentença homologatória da transação penal .....	299
5.2.4.3 Descumprimento da transação penal e seus desdobramentos.....	300
5.3 Suspensão Condicional do Processo na hipótese de Crime Eleitoral.....	301
5.3.1 Requisitos para a oferta de proposta do <i>sursis</i> processual e momento processual da propositura.....	304
5.3.2 A suspensão condicional do processo como direito subjetivo do acusado .....	306
5.3.3 Corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio e suspensão condicional do processo .....	308
5.3.4 Revogação do <i>sursis</i> processual .....	313
5.3.5 Extinção da punibilidade pelo cumprimento do <i>sursis</i> processual .....	314
5.3.6 Suspensão condicional do processo virtual, projetada, antecipada ou em perspectiva .....	315
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>317</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>325</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>333</b>